

## EDUCAÇÃO E MEIOS RURAIS

**Prof. Doutor Manuel Patrício**

*Director do Departamento do Ensino Superior*

Digníssimo Presidente deste Seminário  
Excelentíssimos Colegas presentes na mesa  
Caros Colegas

Em primeiro lugar queria referir o prazer especial que sinto em estar aqui, eu que também pertenço a esta casa, uma vez que fui o terceiro presidente da Comissão de Planeamento da Região Sul, facto que não posso nunca esquecer e que refiro com todo o orgulho, honra e gosto.

Gostaria de vos pedir antecipadamente desculpa pela exposição que vou fazer, uma vez que não fiz o que seria desejável ter feito, ou seja, não me foi possível elaborar um trabalho tão bem estruturado como desejaria. Em todo o caso, também me pareceu que o essencial é reflectirmos aqui em comum, apresentarmos algumas pistas e fazer eventualmente apelo a alguns tópicos particularmente importantes.

A metodologia que escolhi, eu, alentejano da periferia alentejana - Montargil é já zona de transição para o Ribatejo e Beira Baixa -, mas cuja vida se tem passado muito nesta zona, é fenomenológica, assente no vivido. Também assumi desde logo a complementaridade com a comunicação do Prof. Cristóvão, que muito apreciei e pela qual o felicito. Gostaria de ter tratado também todos os pontos que tratou, embora não com a sua competência, mas pareceu-me que o eixo que me caberia seria outro e assumi desde o princípio a complementaridade com a sua comunicação que, aliás, me deu a deixa na parte final.

A minha reflexão será, além disso, necessariamente incompleta. Todavia, será posteriormente completável com os comentários que fareis.

Organizei esta comunicação em dois momentos: o primeiro - Tópicos reflexivos para uma reconceptualização da ruralidade, caminho aliás já aberto pelo Prof. Cristóvão; o segundo - A educação a que o mundo rural tem direito.

### **I - Tópicos reflexivos para uma reconceptualização da ruralidade**

Em primeiro lugar, há que reconhecer a evolução acelerada da realidade da ruralidade nas últimas 2 ou 3 décadas e a necessidade de uma consequente reconceptualização, assente na metodologia fenomenológica do vivido. Eu, que passei a vida basicamente na zona alentejana, com sortidas a cidades maiores por momentos mais ou menos longos, reconheço que o mundo rural em que hoje vivo, que hoje conheço e com o qual me relaciono é, de facto, qualquer coisa de dramaticamente diferente daquele mundo em que cresci como criança e em que me formei como pessoa. Esta evolução foi aceleradíssima e faz com que na vida todos nós tenhamos passado por mais do que um mundo e isso seja claramente sentido por nós e nos possa levar por vezes a alguma melancolia nas análises e eventualmente ao que nelas nos falta de objectividade.

Sou de uma terra pequena, a que porventura alguns chamariam aldeia, Montargil, não muito longe daqui e mais conhecida hoje em dia pela barragem, que não existia quando eu era criança. Existia, sim, a ribeira, com a qual muito me relacionei. Tenho uma certa dificuldade em perceber o que é que quer dizer exactamente rural - apesar de viver num meio pequeno, tinha na escola primária colegas que eram do campo, e eu andava 20 metros e ficava no campo, que já não era bem o meu sítio, o da vila. Aliás, eu era da periferia da vila, pois quando se ia ao centro, dizíamos “vamos à vila”. Ora, desde sempre me habituei

a encontrar várias franjas na minha experiência da ruralidade e fui conduzido a relacionar de uma maneira íntima, nesta zona onde nos encontramos e da qual me cabe fundamentalmente falar, o que se pode chamar o mundo rural, o que se pode chamar o mundo urbano e o que se pode chamar o mundo rururbano ou urbrural (depende se se parte da ruralidade para a urbanidade ou vice-versa). Julgo que os especialistas na matéria preferem dizer rururbano, uma vez que nunca lhes ouvi dizer urbrural; mas cuido que existirão ambas as experiências.

Um outro fenómeno que fez parte da minha reflexão foi o da concentração urbana, já evidenciado e que portanto não vale a pena elaborar.

Para esta reconceptualização da ruralidade parece-me ainda fundamental chamar a atenção de todos nós para a PAC, aquele *dossier* comunitário que tivemos muito orgulho em fechar, mas que talvez tenhamos tido a imprudência de fechar. Falei com algumas pessoas altamente competentes nesta matéria, particularmente com o Prof. Ário Azevedo, o primeiro reitor da Universidade de Évora, que me disse: “Fechámos um *dossier* que ninguém queria fechar naquela altura”. Se calhar, ninguém queria fechá-lo depois de nós, mas o certo é que nós quisemos fazer um figurãozinho na Presidência da Comunidade e concluímos um *dossier* que nos foi e está a ser nocivo e que, no fundo, gera e tem gerado tensões dentro da própria Comunidade, onde neste momento é muito evidente que há um núcleo duro que beneficia da PAC e uma série de países que não beneficiam dela e que, pelo contrário, estão mesmo a ser gravemente prejudicados.

Ainda há poucos dias participei num seminário, onde perguntei a um colega austríaco como é que as coisas se estavam a passar com a integração da Áustria, ao que ele me respondeu: “Sabe, nós até votámos aquilo com uma margem muito confortável, mas não sei se

neste momento, com uma nova consulta ao eleitorado, entráramos na União Europeia. Agora só sentimos é a destruição da nossa agricultura”.

Todos aqueles países que podem fazer parte do que se chama a componente mediterrânica da União Europeia estão neste momento extraordinariamente preocupados com os efeitos da política agrícola comum nas suas agriculturas. E a importância das agriculturas é algo que vai muito para além do plano puramente económico, como sabemos, e tem um impacto muito mais profundo na própria natureza, identidade e ser dessas sociedades.

Um outro ponto extremamente importante para uma reponderação do conceito de ruralidade é a importância das novas tecnologias da informação e da comunicação, assinalando a sua presença e o seu impacto fortíssimos no mundo rural, o que o altera profundamente. Há um fenómeno de urbanização global das populações rurais, aspecto em que a importância e impacto dos meios de comunicação social, particularmente da televisão, é muito relevante.

Desejaria ainda chamar a vossa atenção, dentro deste rapidíssimo esboço, para o entendimento da evolução que pode ter havido no conceito e vivência da ruralidade, para o problema da antiga e da nova relação com a natureza no mundo rural. Sinto-o, não sei se o sentis também. Sinto que passei da natureza natural à natureza turística, da natureza fonte de riqueza à natureza pretexto para o subsídio. É uma alteração fundamental que existe nas nossas populações rurais e que pode ter quase como efeito uma espécie de corrupção das populações rurais na sua relação com a natureza.

Menciono, ainda, o sentido das distâncias físicas no mundo rural contemporâneo. Lembro-me de ir à feira de Ponte de Sor em carro de mulas, enquanto que actualmente nos deslocamos pelo País inteiro de maneiras completamente diferentes, com um sentido das distâncias

físicas substancialmente diverso. Tal deve ser igualmente tomado em consideração numa reconceptualização da ruralidade.

Continuando, penso que há antigas sabedorias rurais que são muito importantes e há novos saberes rurais de igual monta. Estão aqui presentes pessoas cujo interesse por estas questões eu conheço. O Dr. Alberto de Melo já foi mencionado; apresento-lhe os meus cumprimentos pessoais através desta referência a uma vida de grande dedicação ao mundo rural, português em particular. Também o Dr. Gazimba Simão, que muito se tem interessado por certos aspectos da cultura popular, numa zona onde também vivi e por cuja cultura também me interessei, bem como outras pessoas amigas, entre as quais o meu próprio irmão, que ele também conhece e com o qual trabalhou. Esta sabedoria, transmitida de geração em geração pela tradição, é uma riqueza que devemos preservar.

Aliás, julgo que um dos efeitos negativos que a PAC pode ter, ou seja, que certas alterações estruturais no nosso regime tradicional agrícola podem ter, é a ocorrência de uma interrupção nesta cadeia, que basta que surja durante uma geração para ser um fenómeno histórico nunca antes ocorrido e que pode representar um perigo quase mortal para o mundo rural português.

Gostaria ainda de chamar a vossa atenção para a organização da vida no mundo rural em termos da polaridade do que Mircea Eliade chamou o sagrado e o profano, que o nosso mundo rural tradicional bem distinguiu, e não tem apenas a ver com o cristianismo. Há camadas religiosas diversificadas no nosso mundo rural. A obra em dois volumes, **Folclore do Conselho de Vinhais**, em que o Pe. Firmino Martins estudou o concelho de Vinhais, em Trás-os-Montes, mostra perfeitamente a inter-relação que sempre existiu no mundo rural entre o sagrado e o profano, relação que tem estado a ser profundamente alterada e que deve ser pensada no quadro de uma reconceptualização do mundo rural.

Um outro aspecto a que sou sensível, dentro desta perspectiva fenomenológica, é a questão geracional. Vejo pelo menos duas gerações no mundo rural português actual. São no fundo duas culturas, verdadeiramente dois mundos: um mundo que vem, um mundo que vai, um mundo que desce, um mundo que sobe; mundos esses que não sei se se estarão a entender muito bem. Quando falamos com um e com outro talvez encontremos traços de uma grande incompreensão e, por conseguinte, surgem desafios a que temos de fazer face, ajudando à reintegração geracional no mundo rural, que neste momento não existe e que cuido ser bom que exista.

Desejaria chamar ainda a atenção para o problema da revivescência cultural do mundo rural e no mundo rural. Lembro-me de ler, num volume do *Diário* de Miguel Torga, referências ao que poderia ser, logo a seguir ao 25 de Abril, a revivescência do mundo rural e até do mundo cultural português. Eu próprio fiz alusão a este tema num texto que se encontra publicado. Trata-se do revivalismo cultural por parte da geração que vai, da geração que desce e de um certo prazer de exotismo histórico-cultural por parte da geração que vem, para não falar de um interesse turístico e de um economicismo que aí se insinua. Será uma espécie de canto do cisne, de canto lúgubre do mundo rural que conhecemos.

Um outro tópico que não queria deixar de apresentar à vossa consideração é o do cenário, que por vezes nos tem sido apresentado, de fazer evoluir Portugal de País rural para País de serviços. Pessoalmente, tenho as maiores dúvidas que o caminho que nos convém seguir seja este. Adopto mais a perspectiva que o Prof. Cristóvão nos apresentou de haver um regresso efectivo em força do mundo rural, não como mundo antiquado e obsoleto, mas como mundo capaz de se integrar numa modernidade nova, equilibrada e que não necessite de destruir toda uma civilização para se afirmar a si

próprio. Não acredito ser possível construir o futuro senão sobre o presente e o passado harmoniosamente interligados.

Que vai ser o mundo rural no próximo futuro? Que ordenamento vai ter o território? Que povoações se vão desenvolver? Que povoações vão definir? Como tratar disso?

Sou uma pessoa que suspeita do centralismo do próprio poder autárquico; é preciso evitar que as cerca de 300 câmaras municipais que temos sejam cerca de 300 Terreiros do Paço, em que só se liga à sede do concelho, em vez de atender à totalidade do território municipal. Assim, emocionou-me bastante ver, nas recentes eleições autárquicas francesas, que em França existem mais de 36.000 comunas, ou seja, uma comuna por povoação. Há mesmo 6 ou 7 casos de povoações abandonadas que, mesmo assim, têm o seu *maire* para cuidar delas. Não sei se não seria positivo para nós, em vez de discutirmos o sexo dos anjos relativamente a Vizela e mais duas ou três povoações que desejam ser concelhos, repensarmos todo o assunto de uma maneira mais radical, investindo a fundo num modelo do tipo do francês, que provavelmente teria virtualidades enormes no que diz respeito à dinamização de todo o tecido territorial, populacional, social, cultural, etc., do nosso País.

Finalmente, dentro do esforço de apresentar um certo número de tópicos para uma reconceptualização do mundo rural, queria assinalar o que me parece ser a difícil passagem da mensagem nacional ao mundo rural. Penso que as pessoas responsáveis pelas políticas nacionais têm a maior das dificuldades em perceber o mundo rural e a maior das dificuldades em fazer passar a mensagem dita nacional ao mundo rural propriamente dito.

Da convergência desta pistas reflexivas - e que acabam por não configurar propriamente uma apresentação de um novo conceito de ruralidade, mas talvez insinuem o sentido em que eu gostaria de ser

capaz de o pensar - poder-se-á colher alguma ideia do que me parece poder ser um caminho de reponderação e reconceptualização da ruralidade.

## **II - A educação a que o mundo rural tem direito**

O mundo rural tem direito à educação nacional e tem, ainda, direito à especificidade, talvez mesmo à singularidade, da sua ruralidade. É uma tese.

No mundo rural é ainda mais evidente a natureza cultural da educação do que no mundo citadino. Anunciei que faria uma abordagem em perspectiva fenomenológica, tese que me é cara, como é sabido. Continuarei a tentar. Talvez no carácter nacional como se disse em certa época e talvez ainda se possa hoje dizer, seja essa natureza cultural da educação mais presente e garantida no mundo rural do que no citadino, pelo que investir educativamente no mundo rural é investir na própria identidade cultural nacional.

Necessita-se, creio, de uma política educativa para o mundo rural. Quero com isto dizer que acho que não a temos. Uma tal política implica outras políticas com ela coordenadas, como sejam uma política económica, uma política social, uma política cultural, uma política da família, uma política de ordenamento do território. Relativamente a esta última, deve reconhecer-se a sua ausência e a sua indispensabilidade.

Por praticar uma abordagem fenomenológica destas questões, permitam-me que fenomenologicamente afirme que, no caso do Alentejo, sentimos que estamos a caminho da inexistência. Oxalá que o Senhor Primeiro Ministro anuncie hoje algo de mais motivador e que eu possa mudar a minha opinião... Num certo sentido, o Alentejo é, na sua totalidade, um vasto espaço rural. Atrever-me-ia a dizer que mesmo as suas cidades são, no fundo, campo. Elas são os pontos do



campo da imensa planície transtagana onde nos concentramos para residir; mas vivemos todas as horas com o campo nos olhos, no pensamento e no coração.

No Alentejo a cidade é o centro do campo. Vivemos num círculo; as cidades são apenas o centro desse círculo. Nesta visão as vilas, as aldeias e os lugares são também pontos urbanos de concentração humana, cercados de campo por todos os lados. Tudo cheira a campo nos nossos povoados, maiores ou menores. O campo impregna o Alentejo, mesmo nos mais remotos e secretos interstícios do aglomerado citadino.

A pergunta que se me impõe é esta: temos ainda direito ao campo que somos? Há futuro para a ruralidade alentejana? A política educativa indispensável à ruralidade alentejana inscreve-se, pois, nesta questão maior da política global, indispensável à sobrevivência do Alentejo como a maior componente da ruralidade portuguesa (física pelo menos).

O ordenamento educativo articula-se com o ordenamento global do território. Instrumento fundamental do ordenamento educativo é o ordenamento escolar. Temos de reconhecer que o ordenamento escolar actual é inteiramente inadequado à satisfação das necessidades educativo-culturais do mundo rural.

O Alentejo é, desde sempre, uma região dramaticamente carecida na área da educação. Ainda hoje os distritos de Beja, Évora e Portalegre são dos que apresentam taxas de analfabetismo literal mais altas, em torno dos 40% nas faixas etárias acima dos 45-50 anos. É um indicador seguro do que foi o passado. Mas toda a rede de escolas do 1º ciclo do ensino básico se encontra obsoleta. Temos no país para cima de 9.000 escolas primárias, a maior parte das quais com escasso número de crianças e sem condições mínimas de funcionamento do ponto de vista dos padrões exigíveis actualmente.

A solução para este grave problema apontei-a eu próprio - seja-me permitido dizê-lo - ao então Secretário de Estado da Reforma Educativa, Dr. Pedro d'Orey da Cunha, na sequência de uma reflexão que fui convidado a fazer na Casa do Povo da minha terra, em diálogo com o Presidente da Câmara do Concelho, em Abril de 1988. Tal solução veio a ser apresentada no Congresso da Educação Infantil e do Ensino Básico promovido pela Universidade do Minho, em Abril de 1990, em cuja conferência inaugural pude defender perante o plenário duas ideias principais e fundamentais:

- 1ª A ideia de educação básica, integradora da educação pré-escolar e do ensino básico;
- 2ª A ideia de escola básica integrada.

O texto dessa conferência encontra-se publicado na revista *Escola Cultural*, da Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural. As duas ideias são aí suficientemente expostas e fundamentadas, pelo que me permito remeter para esse lugar. Convirá, todavia, sintetizá-las no contexto deste seminário.

A ideia de educação básica parte da constatação de que é hoje imperativo articular organicamente o ensino básico e a educação pré-escolar. Tal articulação não implicará tornar a educação pré-escolar parte da escolaridade obrigatória. Implica, sim, a criação de condições efectivas de frequência da educação pré-escolar tendencialmente pela totalidade das crianças de 3,4 e 5 anos de idade.

Esta articulação deve ainda compreender o plano pedagógico, garantindo sequencialidade educativa entre o que acontece no jardim de infância e o que vai acontecer na escola do 1º ciclo do ensino básico. Alguma estrutura terá que ser criada para promover na prática esta sequencialidade.

A escola básica integrada parece ser uma excelente resposta para operacionalizar a ideia de educação básica, que corresponde deste modo ao programa educativo sequencial realizado pelos 3 anos legalmente previstos para a educação pré-escolar e os 9 legalmente determinados para o ensino básico. É esse espaço de 12 anos de promoção educativa das nossas crianças que contém em si amplas e poderosas potencialidades de desenvolvimento pessoal e comunitário.

Nos casos em que seja possível receber no mesmo edifício ou complexo escolar as crianças correspondentes à integralidade do bloco da educação básica, óptimo! Nos casos em que seja apenas possível receber as crianças correspondentes a parte desse bloco, que se faça assim, mas que se articule pedagogicamente as parcelas do todo.

A escola básica integrada de 12 anos é o limite ideal para que se deve tender. A realidade há-de ser o que for possível, sempre a olhar para esse limite.

A acção social escolar, através dos transportes e do apoio alimentar, garantirá as condições necessárias à funcionalidade da nova rede. Esta poderá ser estabelecida com realismo e eficácia a partir de organismos locais representativos e de carácter consultivo. A Comissão de Reforma chamou-lhes CLE - Conselhos Locais de Educação -, mas podem ter outro nome, outra composição e uma natureza variável, mais conforme a estas ou àquelas sensibilidades políticas.

Seja como for, creio que as escolas básicas integradas - entendidas na pureza das linhas em que foram originariamente pensadas entre nós e, como disse, se encontram publicadas, mas cujo entendimento foi, a meu ver, seriamente distorcido no despacho conjunto da Primavera de 1990, em que se iniciou o seu percurso institucional - representam uma resposta bastante positiva às exigências actuais e futuras da educação e do desenvolvimento cultural e social do mundo rural.

Há ainda a referir, neste quadro, o aproveitamento que convém fazer das escolas a encerrar. Elas podem ser reconvertidas em pequenos centros de recursos e de apoio às crianças e respectivas famílias, em centros de educação permanente nos lugares ou povoados. As próprias famílias e populações podem ajudar decisivamente a essa reconversão, desde que lhes sejam visíveis os benefícios que os filhos e elas próprias podem colher desses centros.

A reestruturação da rede escolar que delineeii pode dar uma importante contribuição para o desenvolvimento da educação nos meios rurais e o aumento da qualidade dessa educação e do conseqüente sucesso educativo das crianças.

A rede das escolas secundárias defluirá naturalmente da rede das escolas básicas. Com as duas redes anteriores deverá harmonizar-se a rede de escolas superiores, esta última assumida claramente como tal, vital para o completo e equilibrado desenvolvimento do mundo rural.

Refiramos, para terminar, a questão do conteúdo da educação em meios rurais. Defensor de uma concepção cultural da educação e da escola, só poderei considerar que a educação nos meios rurais, e em particular a educação escolar, se deve enraizar na cultura viva das populações. É óbvio, mas sei que tenho de explicitar que essa cultura inclui a socialidade e a própria economia. Este enraizamento não configura uma educação localista, mas apenas uma saudável educação local. É ali que as populações vivem, é dali que vem toda a realidade, é ali e dali que compreendem o que há para compreender. O universal mora ali e é captável ali, como em qualquer outro lugar do Universo. Não há nenhum universal que seja atópico. Nova Iorque é grande mas, como diria Alberto Caeiro, o Alberto Caeiro múltiplo de Fernando Pessoa, “não é maior do que a minha aldeia”.

O que se diz do universal diz-se do nacional. Em nenhum caso a educação escolar deve tornar-se um ferro de engomar culturas,

uniformizando-as e deixando-as de vinco a brilhar. Também aqui se pode falar do nacional abstracto e do nacional concreto. Bem vistas as coisas, os nacionalismos doentios são-no na ordem do nacional abstracto. Mas os nacionalismos normais, saudáveis, que são individualidades colectivas tão fortes como as individualidades pessoais, são-no na ordem do nacional concreto.

Há, assim, sempre um fito a prosseguir: o universal. Mas há um caminho incontornável para o universal: o ambital. O local é um âmbito, o regional é um âmbito, o nacional é um âmbito, o universal é o âmbito mais largo a que aspiramos e a que temos acesso e dentro dele é que devem morar harmoniosamente todos os âmbitos particulares e parcelares.

É a harmonia superior deste universal que temos de procurar na educação escolar do mundo rural. Deixemo-lo ser e exprimir-se, libertemo-lo da escória dos localismos e ordenemo-lo no sentido do homem, que é o do universal. Veremos então que não há nenhuma dissonância entre o resultado final da sinfonia nacional e humana e as modestas e eventualmente rústicas notas produzidas em quaisquer incógnitas berças, onde pode ter havido iletrismo, mas não houve incultura e onde o milagre do homem ocorreu e ocorre todos os dias.

A educação cultural é, por definição, educação situada. O homem rural está num sítio, fiel a esse sítio como uma árvore. É ali que toca o núcleo virginal das entranhas da terra e é ali que a sua fronte roça o fogo doirado das estrelas. Respeitemo-lo, ajudemo-lo a preservar e enriquecer o seu mundo, que também é vital para nós. Para isso, assumamos por palavras e actos a educação como sendo intrinsecamente cultural e situada. Tudo o mais virá por acréscimo e poderemos então assistir ao regresso em força da ruralidade.

Muito obrigado.

